

**Ata 1ª Reunião Geral do Fórum Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos em 2021 - 30  
de março**

**Participantes:** Adriano Tonaco (Ibá), Adriano Ziger (FAU - Agricultura & Meio Ambiente), Alessandra Fajardo (Bayer), Alexandre Castro (BRF), Ana Lucia Assad (A.B.E.L.H.A.), Ana Maria Juliano (CNRPPN), Andrea Azevedo (Fundo JBS pela Amazônia), Andreia Azevedo (Pinheiro Neto Advogados), Anna Gomes (Amsterdam Declarations Partnership), Antonio Cesar Costa (Banco Alfa), Carol Sacramento (Black Jaguar Foundation), Caio Pompeia (USP), Camilá Sá (Insper Agro Global), Carina Pimenta (Conexus), Carlos Barros, Carolina Dubeux (COPPE/UFRJ), Carolina Graça (Earthworm), Caroline Vigo Coguetto (IUCN), Clara Amoroso (PNA), Cristina Yuri Vidal (WeForest), Daiane Paula Baldissarelli (FAU – Agricultura & Meio Ambiente), Danielle Arouche (IPA), Deputado Federal Zé Silva, Diogo Bardal (IFC), Dulce Benke (Proactiva), Eduardo Bastos (Bayer), Eduardo Ditt (IPÊ), Elaine da Silva, Emilene Freitas de Oliveira (Cooperenges), Erica Pereira (Fundo JBS pela Amazônia), Erika Pinto (IPAM), Fernando Antônio Leite (Roda de Ideias), Fernando Lima (Instituto Abraço), Fernando Passos (UFPR), Gabriel Siqueira (IGT/UNICAMP), Giovanna Napolini (CentroClima/COPPE/UFRJ), Goran Kuhar (BASF), Henrique Cipriani (Embrapa), Henrique dos Santos (UFAM), Jeanicoulau Lacerda (Precious Woods), Jessica Dalmaso (CEMAL), Joana Chiavari (CPI), Joanita Karoleski (Fundo JBS pela Amazônia), João Paulo Mastrangelo (UNICAMP), José Carlos Fonseca (Ibá), José Ludgero Rocha (IEF MG), Juliana Monti (Solidaridad), Juliana Ortega (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente), Junior André do Nascimento (FAU – Agricultura & Meio Ambiente), Kalil Cury (Partner Desenvolvimento), Karen Oliveira (TNC), Karen Tada (Bem Comunicar), Klaus Schilling Maciel (Vicente e Maciel Advogados), Laércio Jacovine (UFV), Leila Harfuch (Agroicone), Letícia Matias (Cargill), Lícia Azevedo (TNC), Livio Silva (The Graduate Institute), Luiz Ugeda (Geodireito), Luiza Mucchillo (USP), Lycia Brasil (Insituto Igarapé), Marcela Miranda (IABS), Marcela Rezende (ABiogás), Marcello Brito (Abag), Marcelo Posonski (Proforest), Marcelo Vieira (SRB), Marco Antonio de Resende (Associação de Reservas Privadas e Outras Reservas do Estado de MG), Maria Olatz Cases (GIZ), Mariana Barbosa (Pinheiro Neto Advogados), Mary Allegretti (Instituto de Estudos Amazônicos), Mayara Campos (UFPA), Mayara Mayra Cintra (MAPA), Melissa Hirschheimer (EQAO), Merel van der Merk (EPN), Michele Cotta Walter (Centro Clima/URFJ), Milla Pechta (H2O Company), Mônica Dias de Paula (Suzano), Murilo de Mello (Instituto Itapoty), Nelson Ananias Filho (CNA), Nilson Leitão (IPA), Octaciano Neto (EloGroup), Oscar Sarcinelli (NEA/UNICAMP), Patrícias Reis Pereira (Ecosoul), Pedro Trejo (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), Rafael Feldmann (Themudo Lessa Advogados), Raíssa Ferreira (CLUA), Ricardo Esparta (EQAO), Ricardo Santos (ME), Richard van der Hoff (Lagesa/UFMG), Rodrigo Lima (Agroicone), Ronaldo Seroa da Motta (UERJ), Rosane Cavalcante (ITV - Instituto Tecnológico Vale), Rubito Ribeiro (Câmara dos Deputados), Sergio Andrade (Agenda Pública), Sérgio Ferrão (ME), Sérgio Nogueira (UFG), Simone Tenorio (IPÊ), Talita Asano (Brain Agr), Tiago Reis (WWF Brasil), Toshiro Okada (Komatsu), Verissimo Cesar (UFPA), Victor Salvio (FAS Amazonas), Victoria Cozer Rosenthal (Instituto Espinhaço), Vitoria da Riva Carvalho (Fundação Ecológica Cristalino), Yuri Rugai Marinho (ECCON), Fernanda Macedo, Joice Oliveira, Laura Lamonica, Maiara Beckrich (Coalizão Brasil)

## **Atualizações das Forças Tarefas do Fórum Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos**

### **FT Monitoramento do Ordenamento Territorial**

- O objetivo desta FT é discutir os desafios do ordenamento territorial brasileiro. As informações de ordenamento existentes hoje estão fragmentadas em diversos cadastros, como do Incra, da Receita Federal e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), mas é necessário ter uma visão ampla desses dados para fazer o monitoramento das propriedades. Temos acompanhado de perto uma força-tarefa do Incra e da Receita Federal, que já tem como base a integração de cadastros entre eles. A expectativa é de ter avanço em 2021, com uma participação mais ativa do SFB e do Incra.
- Para facilitar este processo de integração, precisamos trabalhar em aprimorar as ferramentas já existentes, como o CNIR (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais) e SICOR (Sistema de Operações do Crédito Rural). Assim, ganhamos força, tempo e eficiência.
- Estamos também acompanhando atividades para um cadastro positivo, para identificar os imóveis em conformidade, e queremos fazer um workshop com o professor Bastiaan Philip Reydon para abordar estratégias de regularização e *compliance*.

### **FT Regularização Fundiária**

- Em 2020, acompanhamos a tramitação da MP 910 até que esta perdesse validade e fosse proposto, em seu lugar, o PL 2633. Durante o processo, a Coalizão estabeleceu intensos diálogos com MAPA, Incra e Congresso para contribuir com a MP 910 e apresentou diversos posicionamentos sobre o tema. Com esse trabalho, apesar de existirem ainda alguns pontos de dissenso, entendemos que foram obtidos avanços no texto em relação a pontos como requisitos para regularização, definição de infração ambiental, salvaguardas ambientais. No contexto da pandemia, a discussão sobre este PL esfriou.
- Hoje estão em tramitação no Congresso alguns PLs sobre o tema, entre eles o PL 510/2021, protocolado pelo senador Irajá Abreu, que retoma muitos retrocessos que estavam na MP 910. Em termos de marco temporal e simplificação dos procedimentos para áreas maiores, é muito parecido com o segundo relatório da MP 910.
- Como próximo passo, a FT está se remobilizando internamente para construir um novo posicionamento sobre o tema considerando o atual cenário.

### **FT Pagamento por Serviços Ambientais**

- A criação de uma Política Nacional de PSA está em pauta no Congresso desde 2007 com o PL 792, que teve ampla discussão com a sociedade civil. Em 2020, o PL 5028 trouxe novamente o tema para pauta e seu substitutivo fazia referência ao texto do PL dialogado com a sociedade. O texto passou na Câmara, mas quando chegou ao Senado tinha alguns problemas, como a proibição do uso de recursos públicos para projetos de PSA. Conseguimos driblar essa restrição, pois, caso contrário, ela minaria várias iniciativas que já ocorrem no país, prejudicando o público prioritário de PSA, que são agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais.

- A lei foi aprovada no Senado e na Câmara no final de 2020 e, em janeiro de 2021, tivemos a sanção presidencial, porém com alguns vetos. Após grande articulação, [alguns vetos foram derrubados](#) e voltou-se a ter um colegiado com participantes da sociedade civil, um cadastro nacional que permite acompanhar os projetos sendo investidos e o repasse de recursos para Unidades de Conservação. Ainda queremos derrubar vetos relativos a incentivos fiscais e tributários.
- Atualmente a FT está buscando entender os impactos da lei de PSA nas questões tributárias. Além disso, estamos discutindo a criação de uma plataforma de PSA que conectará provedores de serviços ambientais àqueles dispostos a pagar pelos projetos.
- O próximo passo é acompanhar a regulamentação da lei. Um ponto importante para acompanharmos é que a lei não resolve o problema da fonte de recursos, apesar de facilitar a criação de dispositivos que permitam avançar e captar investimentos robustos.

### **FT Estratégia Internacional**

- Este é um ano-chave para agenda internacional e já em abril temos um evento importante: a Cúpula de Líderes sobre o Clima, ou Leaders Summit on Climate, promovido pelo governo dos EUA. No ano passado, a FT avançou na articulação com o governo brasileiro e outros coletivos da sociedade envolvidos na agenda. Recentemente emitimos [posicionamento](#) sobre a necessidade de maior ambição da nova NDC brasileira.
- Nos próximos meses, faremos uma série de webinars preparativos para a COP 26, em parceria com o *Valor Econômico*. Para nós, a COP é o principal evento do ano, dada a potencial ratificação de todos os países do Acordo de Paris, a discussão sobre aumento de ambição climática e a expectativa de ampla participação do setor privado. Não temos horizonte de regulação interna e dependeremos muito de acordos voluntários.
- Solicitamos audiências com os presidentes das Comissões de Relações Exteriores na Câmara, Aécio Neves, e no Senado, Kátia Abreu, para discutir a agenda 2021. Já tivemos a audiência com a senadora Abreu e daremos continuidade ao diálogo iniciado sobre o Código Florestal e os Projetos de Lei relativos a mercados de carbono.
- Sobre os próximos eventos na agenda internacional, em outubro teremos a COP 15 da Biodiversidade e sediaremos o Fórum Mundial de Bioeconomia em Belém. Em agosto, ocorrerá o Fórum de Davos, em Singapura, e em junho de 2022 teremos o Oslo Tropical Forest Dialogue.

### **FT Mercado de Carbono**

- Em 2020, tivemos uma agenda com vários atores estratégicos, como UBS e CEBDS, além de uma forte interlocução com a FT PSA.
- Conversamos com o deputado Marcelo Ramos, por conta do PL 528/2021, que regula o mercado voluntário e regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), mas o que gostaríamos agora é de focar em um mercado regulado público. O deputado mostrou-se disposto a conversar.
- Estamos apoiando o Ministério da Economia para a submissão de carta de interesse ao PMI (Partnership for Market Implementation, iniciativa do Banco Mundial). O recurso

do Banco Mundial vem para fomentar a criação de um mercado de carbono. É importante ter um mercado brasileiro, e o consenso é que deveria ser de ETS (Emissions Trade System), ou seja, de *cap and trade*, e não de *carbon tax*.

- Como próximo passo, teremos os webinars para a COP 26, como explicado pela FT Estratégia Internacional, além de uma análise acerca dos PLs de carbono tramitando no Congresso. O PL 528/2021 é o mais recente, mas há outros e queremos avaliar se devemos trabalhar em cima destes PLs ou incentivar a criação de um novo.

### **Debate: desafios e oportunidades da regularização ambiental e fundiária**

**Mediadora Joana Chiavari, diretora associada da Climate Policy Initiative (CPI) e líder do Fórum**

- Atualmente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é responsável por ações de política fundiária e de regularização ambiental à luz do Código Florestal, e existe a oportunidade de integrar essas políticas de forma sinérgica. Hoje temos propostas legislativas que alteram o marco regulatório de posse em terras públicas, tema que precisamos tratar com cuidado para que tais alterações não premiem roubo e/ou desmatamento ilegal de terras públicas. Ao mesmo tempo, reconhecer posses antigas é necessário, já que no passado o governo incentivou a ocupação destas terras sem depois garantir o título destas.
- Neste sentido, que oportunidades temos para promover a integração das políticas fundiária e ambiental?
- Deixo também algumas perguntas adicionais para nossos convidados:
  - Existe espaço no Congresso para construir convergência em torno deste tema?
  - É possível falar de regularização fundiária sem uma discussão mais ampla acerca das diferentes categorias fundiárias?
  - Qual a lógica de desalinhar, como na proposta do PL 510, os marcos temporais do Código Florestal e da regularização fundiária?
  - Como evitar grilagem fazendo justiça com ocupações antigas e como os governos municipais e estaduais podem ter papel mais ativo na agenda da regularização?
  - Qual o impacto da titulação de terras no combate ao desmatamento?

### **Deputado Federal Zé Silva (Solidariedade/MG)**

- A partir da década de 1970, o governo brasileiro passou a incentivar a população a ocupar terras, especialmente amazônicas, mas depois essas famílias ficaram desamparadas. O país precisa fazer a regularização fundiária como política de estado e passar a mensagem de que hoje não vale a pena ocupar terras públicas. Por isso, é importante manter o marco temporal de 2008 que está no Código Florestal.
- No contexto da discussão sobre a MP 910, a questão dos módulos fiscais foi bastante debatida. No caso de propriedades de até 1 módulo, 70% não têm documento da terra, então entendo que o quesito para regularização deve ser mais acessível. Até 4 módulos, a lei já permite uso de sensoriamento remoto e com a regularização de imóveis de até

6 módulos, resolvemos 92% desses requerimentos. Os outros 8% representam 53% da área destes requerimentos e estas propriedades precisam de vistoria presencial.

- Neste momento em que surgem novos projetos de lei, fica claro que talvez tenhamos perdido a oportunidade de aprovar uma boa versão do texto da MP 910, que contou com a participação de vários atores em sua construção. Agora o contexto é diferente e não sabemos para qual caminho as articulações atuais nos levarão.  
O PL 510/2021 basicamente volta às primeiras versões do texto da MP 910. Mas o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, designou um relator para o PL 2633, o deputado Augusto Saraiva, e vejo espaço para que esse PL seja pautado. O desafio é fazer isso rapidamente, porque acredito que já existe uma convergência de vários setores.
- Hoje temos cerca de 300 mil requerimentos de regularização no Incra. É evidente que o tema da regularização é uma emergência já que há 1 milhão de famílias da reforma agrária sem documento da terra. Acredito que o Incra precisa de integração de dados, recursos, pessoal e decisão política. Levei ao Executivo a proposta de que o Incra fosse reforçado com uma FT técnica, com contratação de 500 técnicos, por meio da Anater, que fariam a regularização de 300 mil proprietários.
- As regularizações ambientais e fundiárias precisam estar interligadas. No nosso texto da MP 910 indicamos que não poderia haver sobreposição e embargo ambiental. Sabemos que havia espaço para melhoria, mas se dificultássemos muito o processo, quem pagaria a conta seriam aqueles que queremos que sejam regularizados com urgência.
- No PL, também permitimos ao Incra delegar a regularização a estados e municípios. Acredito que é mais coerente e efetivo se houver regras claras e forem fornecidos os recursos necessários aos municípios.
- Só titularizar a terra e identificar o proprietário não resolve o problema do desmatamento, mas vai provocar um debate sobre a importância da floresta e como premiar esses produtores que preservam as florestas nativas.

#### **Nilson Leitão, presidente do Instituto Pensar Agropecuária (IPA)**

- Neste debate, a falta de dados sobre o que é desmate ilegal e legal é o primeiro problema. Mesmo quem produz na legalidade sofre porque não há mapas da base florestal do estado do Pará, do Mato Grosso, do Amazonas. Assim, se o grupo A apresenta dados, o grupo B duvida. É o jogo do perde-perde, porque dentro disso temos, por exemplo, assentamento do Incra embargado pelo Ibama há 20 anos. O desmatamento vai continuar ocorrendo com números sobre os quais não há consenso.
- É preciso entender que a maioria das áreas que precisam ser regularizadas está sobreposta há muito tempo e, por isso, precisamos de uma legislação clara. A maioria dos debates fundiários está judicializada. Muita gente comprou e pagou por terras e as perdeu devido à falta de um documento que lhe desse segurança jurídica.
- Só vamos combater desmatamento, invasões e roubos de minério e de produtos de base florestal quando tivermos tudo identificado. Os fiscais e a polícia precisam de endereço.
- Ao mesmo tempo que a regularização fundiária e a ambiental são coisas que coincidem, têm uma grande diferença. Por exemplo, quando convocaram os brasileiros para ocupar

a Amazônia, houve uma quase obrigação de quem chegou lá, na década de 1970, de desmatar leito de rio para evitar malária e leishmaniose. Quando a lei mudou, os que desmataram foram autuados. Tais mudanças de regras com relação à questão ambiental levaram à necessidade de ter o marco temporal do desmatamento. É o que tentou se corrigir no Código Florestal.

- Na questão fundiária, é preciso ter um marco, mas só saberemos se pode ser o mesmo do Código Florestal quando começarmos a regularizar de fato.. Só então vamos começar a identificar o desmatador pós-marco, que pode ser o mesmo beneficiado de uma regularização fundiária. Hoje existe bastante confusão em relação aos registros fundiários a nível estadual e tem muita gente boa pagando o preço disso. O marco tem que ser diferente nesse primeiro momento.
- Como combater a grilagem? Na área urbana, se você tem uma área grande, ou ela é pública ou é de alguém, então se há um invasor ele pode ser identificado. Na área rural, na Amazônia, não. Precisamos do endereço da terra invadida, já que essa identificação ajudará a combater a grilagem que acontece onde não há transparência. A política tem que trabalhar com quem quer atuar dentro da lei e por isso precisamos efetuar o cadastro dos legais.
- O Brasil tem mais de 50 milhões de hectares já abertos, que precisam ser regularizados. Precisamos ter um cadastro eficiente, para separar o joio do trigo. Só vamos conseguir combater o desmatamento quando fizermos essa distinção.